

Título do projeto / Sigla (nome reduzido):

Qualidade da Água

Classificação do projeto

Tipo do projeto:

<input checked="" type="checkbox"/>	Finalístico
<input type="checkbox"/>	Administrativo

Categoria do projeto:

<input checked="" type="checkbox"/>	Estratégico
<input type="checkbox"/>	Estruturante

Abrangência do projeto:

<input type="checkbox"/>	Nacional
<input checked="" type="checkbox"/>	Regional

Mandatário

Decorrente de determinação legal?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input checked="" type="checkbox"/>	Não

Dados do projeto

Patrocinadora:

Sandra Cureau

Unidade gestora:

4ª Câmara de Coordenação e Revisão

Gerente do projeto:

Sandra Akemi Shimada Kishi

E-mail:

sandrakishi@mpf.mp.br

Gerente substituto do projeto:

Fabíola de Figueiredo Beda

E-mail:

fbeda@mpf.mp.br

Partes envolvidas (unidades ou entes externos):

4ª CCR

Gabinete da Sandra Akemi Shimada Kishi
Membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal

Instituições de ensino, universidades parceiras:

Universidade Paulista (UNIP)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Perícia da PGR

Secretaria de Comunicação
Secretaria de Administração

Equipe do projeto:

1. Sandra Akemi Shimada Kishi

2. Membros do Ministério Público:

Izabella Marinho Brant - Procuradora da República – PRM – RESENDE – RJ

Ivan Carneiro Castanheiro - Promotor de Justiça – GAEMA (PCJ) – MP/SÃO PAULO

Alexandra Faccioli Martins - Promotora de Justiça – GAEMA – PIRACICABA – SP

Sérgio Gardenghi Suiama - Procurador da República – PR – RIO DE JANEIRO – RJ

Eduardo Santos de Oliveira - Procurador da República – PRM – Campos de Goitacazes – RJ

Jaime Meira do Nascimento Jr - Promotor de Justiça – GAEMA – PARAÍBA DO SUL – SP

Ricardo Baldani Oquendo - Procurador da República – PRM – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho - Procurador da República – PR – SÃO PAULO – SP

Edilson Vitorelli Diniz Lima - Procurador da República – PRM – CAMPINAS – SP

Leandro Zedes Lares Fernandes - Procurador da República – PRM – PIRACICABA – SP
Priscila Costa Schreiner - Procuradora da República – PR – SÃO PAULO – SP
Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein - Procuradora da República – PR – SÃO PAULO – SP
José Alexandre Maximino Mota - Promotor de Justiça – RIO DE JANEIRO – RJ
Aureo Marcus Makiyama Lopes - Procurador da República – PRM – CAMPINAS – SP
Ricardo Manoel Castro - Promotor de Justiça – GAEMA – CABEÇEIRAS – SP
Ana Cristina Bandeira Lins - Procuradora da República – PR – RIO DE JANEIRO – RJ
Jaime Mitropoulos - Procurador da República – PR – RIO DE JANEIRO – RJ
José Guilherme Ferraz da Costa - Procurador da República – PR – RIO DE JANEIRO – RJ
Leonardo Cardoso de Freitas - Procurador da República – PR – RIO DE JANEIRO – RJ
Flávia Rigo Nóbrega - Procuradora da República – PRM – GUARATINGUETÁ – SP
Angelo Augusto Costa - Procurador da República – PRM – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP
Fernando Lacerda Dias - Procurador da República – PRM – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP
Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira - Procurador da República – PRM – TAUBATÉ – SP
Maria Rezende Capucci - Procuradora da República – PRM – CARAGUATATUBA – SP
Rodrigo Sanches Garcia - Promotor de Justiça – GAEMA – CAMPINAS – SP
Geraldo Cabañas - Promotor de Justiça – GAEMA – CAMPINAS – SP
Lídia Helena Ferreira da Costa dos Passos – Procuradora de Justiça – Coordenadora dos GAEMAS - MPSP

Demais integrantes da equipe do projeto:

Líli Toledo Diniz - Especialista em qualidade de água
Marco Antônio Almeida de Souza - Professor – UNB
Fabíola de Figueiredo Beda - Analista do MPU – Área Judiciária
Dalma Maria Caixeta - Analista – Engenharia Sanitária – 4ª CCR - MPF
Maria Aparecida Marin Morales - Professora – UNESP
Dejanira de Franceschi de Angelis - Professora – UNESP
Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite - Professora – UNESP
Derlene Attili de Angelis - Professora – UNESP
Ademar Ribeiro Romeiro - Economista e especialista em meio ambiente
Eduardo Bertoletti - Especialista em Ecotoxicologia Aquática
Ariane Cristina Teato - Oficial de Promotoria I – GAEMA – PIRACICABA – SP
Michel Metran da Silva - Biólogo – MPSP
Érica Marteze Chandelier Pereira - Secretária – Dra. Sandra Akemi S. Kishi – PRR3
Ethel Martinez de Azevedo Camargo - Assessora – Dra. Sandra Akemi S. Kishi – PRR3
Dânia Elisa Cristofolletti Mazeo
Daniella Carvalho – representante da SECOM

3. Colaboradores Externos:

Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais
Secretarias Estaduais do Meio Ambiente de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais
Agência de Águas (PCJ)
CEIVAP (Paraíba do Sul)
IGAM (Rio Piracicaba MG)
Agência Nacional de Águas (ANA)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)
Comitês de Bacias Hidrográficas (PCJ, Alto Tietê e Paraíba do Sul)
Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas (PCJ)
Rebecca Purdom – especialista em Direito Ambiental e Recursos Hídricos – Professora na Vermont Law School
Paulo Affonso Leme Machado – advogado e especialista em Direito Ambiental

4. Servidores:

Fabíola de Figueiredo Beda - Analista do MPU – Área Judiciária (membro da equipe do projeto)
Érica Marteze Chandelier Pereira - Secretária – Dra. Sandra Akemi S. Kishi – PRR 3ª REGIÃO
Ethel Martinez de Azevedo Camargo - Assessora – Dra. Sandra Akemi S. Kishi – PRR3ª REGIÃO

5. Representante da AMGE:

Allana de Albuquerque Sousa Silva (PGR)

6. Representante da 4ª CCR:

Dalma Caixeta (Analista Pericial)

Alinhamento estratégico

Vinculação com o Planejamento Estratégico ou Planejamento Temático:

Fortalecer a atuação extrajudicial e articulada do Ministério Público, dos órgãos gestores e da sociedade;
Atuar como impulsionador e fiscalizador de políticas públicas de gestão hídrica e ambiental, mediante metas progressivas de qualidade de água.

Fomentar a atuação preventiva na tutela do meio ambiente.

Vinculação com outros projetos concluídos, em andamento ou em estudo:

O projeto apresenta conexão temática com:

Projeto de Gestão Hídrica e Ambiental da UNICAMP

•SIGEO – Sistema de Georreferenciamento (Integração das informações de georreferenciamento do MPF, consolidação de bases de georreferência provenientes de outros órgãos, e implantação de uma plataforma padrão, web, para uso tanto pelos membros e servidores, quanto pela sociedade

Descrição do projeto

Justificativa:

A degradação da qualidade de água no Brasil é um problema sério que afeta grande parte dos rios e lagos. A legislação brasileira prevê que o sistema de gestão de recursos hídricos deve definir os usos pretendidos para as águas das bacias hidrográficas. Nos casos em que a qualidade de água precisa ser

melhorada para garantir os usos pretendidos, o sistema de gestão de recursos hídricos deve estabelecer etapas progressivas, onde, para cada etapa, são definidas metas obrigatórias de qualidade específicas. Estas metas são fundamentais pois integram os instrumentos e instituições de gestão (ambiental, urbano, de recursos hídricos e saneamento) para o mesmo objetivo de qualidade de água. Além disso, é o desrespeito aos seus parâmetros que indica poluição e/ou a aproximação e alcance destes indicadores progressivos que indicam o progresso das ações e atividades de gestão e o cumprimento dos padrões ambientais.

Com efeito, preceitua-se no tema que *“Os efluentes não poderão conferir ao corpo receptor características de qualidade em desacordo com as metas obrigatórias progressivas, intermediárias e final, do seu enquadramento. As metas obrigatórias para corpos receptores serão estabelecidas por parâmetros específicos.”*

(Resolução CONAMA 430/11, art. 5º e § 1º)

Por sua vez, a Resolução CONAMA 357/11, alterada e complementada pela Resolução CONAMA 430/11, prevê diretrizes comuns para a definição de metas progressivas realistas, definidas de acordo com as especificidades locais, os investimentos necessários e os aspectos econômicos. Desta forma, contribui para o controle do enquadramento ao fornecer critérios objetivos, claros para embasar a fiscalização. Ocorre que a quase totalidade dos rios brasileiros ainda não está enquadrada e/ou foi enquadrada com metas definidas sob o modelo “top-down”, por meio de Decretos e/ou sem metodologia que incorporassem de fato a realidade local e indicadores objetivos, adequados e progressivos para o monitoramento.

A elaboração e implementação das metas de qualidade de água requer a articulação dos gestores, a aproximação entre aspectos técnicos e legais e definição de planos de ação com responsabilidades bem definidas que possam ser cobradas pela sociedade e Ministério Público. Atualmente, faltam estratégias de articulação entre Secretarias estaduais de saneamento e de recursos hídricos com as secretarias ambientais e as agências, bem como entre os técnicos e o Poder Público. Falta transparência e a sociedade não é chamada à participação. Soma-se a isto o fato de que a falta de planos de ação de implementação de metas de qualidade de água dificulta a identificação e a responsabilização dos poluidores das águas.

Desta forma, atuar com o enquadramento e reenquadramento sob esta nova perspectiva e mediante indicadores adequados é prioritário para atender o objetivo principal da política de gestão das águas: melhorar a qualidade e quantidade dos corpos d'água. E, o Ministério Público Federal enquanto fiscal da lei e defensor do direito humano fundamental à água de qualidade tem papel fundamental no planejamento estratégico de gestão das águas para que seja possível a definição de responsabilidades e sua fiscalização e controle.

Finalidade:

O projeto visa a contribuir com a efetivação de metas de qualidade de águas nas bacias brasileiras e com a articulação de gestores em recursos hídricos e ambientais, técnicos, instituições de ensino, universidades, Ministérios Públicos federal e estadual e sociedade. Tratam-se de atividades organizadas e com

planejamento estratégico coordenadas pelo Ministério Público Federal para o enquadramento e/ou reenquadramento dos corpos d'água no Brasil e elaboração e implementação de programas de efetivação de metas de qualidade de água.

O objeto deste projeto é a definição de estratégias, incluindo bases técnicas, para que o Ministério Público atue no fomento do enquadramento e/ou reenquadramento dos corpos d'água de bacias críticas, bem como para a elaboração e implementação de programas de efetivação de metas de qualidade de água.

Escopo:

Diagnóstico regional sobre o monitoramento da qualidade das águas das Bacias Críticas do PCJ, Alto Tiete e Paraíba do Sul.

Levantamento de informações específicas das bacias e elaboração de estudo com cenários para a definição e implementação de metas progressivas e planejamento estratégico que inclua a articulação dos gestores.

Reconhecimento dos usos existentes no corpo d'água

Identificação dos parâmetros prioritários de qualidade da água

Identificação das medidas ou ações necessárias à melhoria da qualidade das águas

Problemas enfrentados na Região SE para a implementação e aplicação do enquadramento

Plano de Comunicação

Definir Público-Alvo

Definir Estratégias de Comunicação

Definir Canais de Comunicação

Elaborar peças e materiais de comunicação

Mapeamento da Gestão de Recursos Hídricos

Mapeamento de Legislação e Doutrina

Consulta a especialistas e pesquisa ampla relativa à legislação e à doutrina referentes ao enquadramento de corpos de água com base nas diversas fontes de referência bibliográfica: bancos de teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre o tema, artigos e trabalhos acadêmicos disponíveis nos indexadores SCIELO e similares, literatura técnica de destaque nacional e internacional relativa ao tema, Políticas, Programas e Projetos brasileiros e internacionais de destaque; seleção das legislações de âmbito federal, estadual e municipal.

Mapeamento de experiências práticas no tema que demonstram conflitos técnico-legais.

Identificação de casos práticos que demonstram os conflitos técnico-legais decorrentes da definição de metas com base em pesquisa de jurisprudência dos tribunais que atuam no âmbito estadual e federal, doutrina e consulta a especialistas, incluindo gestores de Bacia, representantes de organizações da sociedade civil, representantes de instituições de pesquisa, promotores e procuradores estaduais e federais.

Formação de Parcerias Estratégicas

Identificar parceiros estratégicos (especialistas, ONGs, etc)

Elaborar modelo de Carta de Adesão ao Projeto

Efetivar parcerias por meio de Carta de Adesão ao Projeto

Realizar Audiências Públicas

Debate sobre qualidade da Água com Especialistas e Ongs

Promoção de reuniões públicas e debates entre a equipe do projeto, especialistas, acadêmicos, ONGs e gestores ambientais e em recursos hídricos sobre metodologias de reenquadramento e enquadramento de corpos de água no Brasil, diferenciando bacias críticas e não críticas, bem como tratamentos regional e local diferenciados, de acordo com as características físicas, ambientais, econômicas e sociais.

Realizar Oficinas

Capacitar a equipe do projeto Qualidade da Água para estruturação de modelo de atuação articulada com gestores públicos e pesquisadores em metas progressivas de qualidade de água nas bacias hidrográficas críticas do país.

Identificação das medidas ou ações necessárias à melhoria da qualidade das águas

Identificação das medidas ou ações necessárias à melhoria da qualidade das águas

Avaliação de Mecanismos de controle do uso e de ocupação do solo

Modelo Governança de Gestão dos RH

Definições de Critérios/Prazos/Metas para Criação e Composição de Órgãos

Colegiados/Gestores RH

Elaboração de cenários de metodologias de acordo com as especificidades regionais e locais sociais, econômicas e ambientais.

Elaboração de modelo ou manual de atuação articulada impresso e digital para a capacitação dos gestores e membros do MPF com bases técnicas para o enquadramento e/ou reenquadramento de bacias críticas com metas progressivas e integração com os demais instrumentos de gestão hídrica, ambientais e de saneamento básico.

Publicação de 4 edições semestrais da Revistas das Águas em ambiente virtual a partir do 2º semestre de 2014 e de página na internet com links para download de material produzido para conhecimento público da pesquisa elaborada.

Atuação em Projeto Piloto nas Bacias Críticas do PCJ, Alto Tiete e Paraíba do Sul

Suporte em consultas técnicas, legais e institucionais

Estudo de Benchmarking de GRH –

Estudo sobre experiências internacionais de sucesso na definição e alcance de metas progressivas e finais de qualidade de água.

<p>Elaborar modelos de Recomendação e TACs</p> <p>Elaborar Cartilha de Atuação do MPF na GRH</p> <p> Apoio por meio de pareceres, reuniões técnicas e seminários aos Comitês de Bacia Críticas, em articulação para o enquadramento e/ou reenquadramento.</p> <p> Elaboração de pareceres estratégicos, legal e institucional, articulados ao suporte técnico para o enquadramento/reenquadramento;</p> <p> Estudos sobre indicadores qualitativos e quantitativos estratégicos em conjunto com especialistas;</p> <p> Assessoria para a elaboração e implementação de Programas de Efetivação de metas progressivas de enquadramento;</p> <p>Recomendar medidas ou ações necessárias à melhoria da qualidade das águas</p> <p>Recomendar criação de Agências de Bacia</p> <p>Recomendar criação de comitês GRH</p> <p>Recomendar criação de Plano de Bacias;</p>
<p>Não-escopo:</p> <p>1. Implementar PROJETO ALÉM DAS Bacias Críticas do PCJ, Alto Tiete e Paraíba do Sul;</p>
<p>Premissas:</p> <p>1. Patrocínio da 4ª CCR;</p> <p>2. Existência de membros e servidores alocados no projeto.</p> <p>3. Existência de Disponibilidade orçamentária para contratação de treinamento, mediante curso virtual de capacitação (a ser realizado nos meses de abril e maio de 2015), com a elaboração de conteúdo didático estruturador de um modelo de atuação institucional.</p>
<p>Restrições:</p> <p>1. R\$ 135,00/hora-aula para conteúdo didático e 120 h de curso.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Clientes:</p> <p>Procuradores da República que atuem na temática meio ambiente na região sudeste;</p> <p>4ª CCR</p> <p>Beneficiários:</p> <p>Sociedade em Geral da Região Sudeste</p>

Prazos do projeto	
Previsão de duração	2 anos
Execução	Início: Setembro/2014 – Conclusão: Setembro/2016
Custeio	Início: Janeiro/2015 – Conclusão: Dezembro/2016
Avaliação de resultados	Início: Setembro/2016 – Conclusão: Dezembro/2016

Realização de 1 Audiência Pública, a ser realizada em 2015.

Realização de Reuniões Públicas, num total de 5, sendo realizadas 1 Reuniões no último trimestre de 2014, 3 Reuniões em 2015 e 1 Reuniões em 2016.

Lista de Colaboradores Externos para inclusão no Sistema Channel:

Justificativa: Diante da necessidade de criação de parceria entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, bem como do trabalho em conjunto com especialistas acadêmicos na área de qualidade da água, solicitamos a inclusão dos seguintes colaboradores externos:

Ademar Ribeiro Romeiro - Economista e especialista em meio ambiente
Alexandra Faccioli Martins - Promotora de Justiça – GAEMA – PIRACICABA – SP
Ariane Cristina Teato - Oficial de Promotoria I – GAEMA – PIRACICABA – SP
Dânia Elisa Cristofolletti Mazeo – professora – UNESP
Dejanira de Franceschi de Angelis - Professora – UNESP
Derlene Attili de Angelis - Professora – UNESP
Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite - Professora – UNESP
Eduardo Bertoletti - Especialista em Ecotoxicologia Aquática
Geraldo Cabañas - Promotor de Justiça – GAEMA – CAMPINAS – SP
Jaime Meira do Nascimento Jr - Promotor de Justiça – GAEMA – PARAÍBA DO SUL – SP
José Alexandre Maximino Mota - Promotor de Justiça – RIO DE JANEIRO – RJ
Lídia Helena Ferreira da Costa dos Passos – Procuradora de Justiça – Coordenadora dos GAEMAS - MPSP
Líli Toledo Diniz - Especialista em qualidade de água
Marco Antônio Almeida de Souza - Professor – UNB
Maria Aparecida Marin Morales - Professora – UNESP
Michel Metran da Silva - Biólogo – MPSP
Paulo Affonso Leme Machado – advogado e especialista em Direito Ambiental
Rebecca Purdom – especialista em Direito Ambiental e Recursos Hídricos – Professora na Vermont Law School
Ricardo Manoel Castro - Promotor de Justiça – GAEMA – CABEÇEIRAS – SP
Rodrigo Sanches Garcia - Promotor de Justiça – GAEMA – CAMPINAS – SP

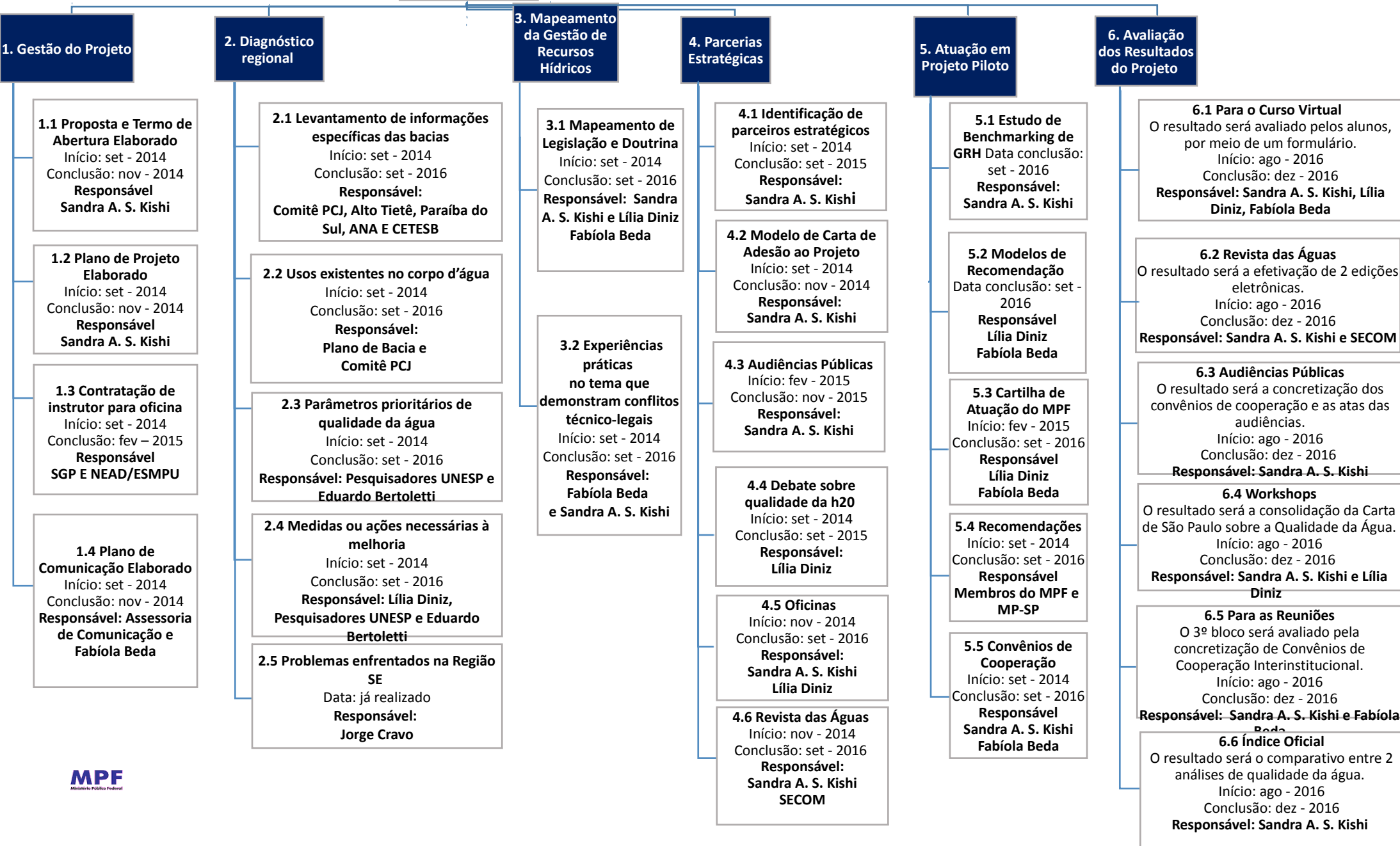
Atividades:

- 1.3 – *Contratação de instrutor para oficina*
- 2 – *Diagnóstico Regional*
- 3 – *Mapeamento de Gestão de Recursos Hídricos*
- 4 – *Parcerias Estratégicas*

**ANEXO II
FORMULÁRIO
PROPOSTA DE PROJETO**

**QUALIDADE DA
H2O**

EAP – Estrutura Analítica de Projeto



**ANEXO II
FORMULÁRIO
PROPOSTA DE PROJETO**

Responsabilidades da Equipe

Os membros da equipe abaixo assinados comprometem-se à realização das atividades, conforme código da EAP, e período de alocação informado. Aqueles que farão jus à Gratificação de Projetos, com base no Caput e no § 2º do Art.14 da Lei 11.415/2006, assinam declarando-se detentores do cargo de Analista do MPU e não perceberem cumulativamente, dentro do período de dedicação definido, a Gratificação de Projetos, por outro projeto, a Gratificação de Perícia, horas extras, bem como, não estarem investidos em Função Comissionada e Cargo em Comissão.

Nome e Cargo do Integrante da Equipe	Códigos dos marcos/atividades da EAP, que o integrante participa	Período de alocação	Dedicação ao projeto	Grau de relevância da atividade para o sucesso do projeto	Indicado a perceber a gratificação o de projetos	Assinatura
Ademar Ribeiro Romeiro – Economista e especialista em meio ambiente	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Alexandra Faccioli Martins – Promotora de Justiça	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Allana de Albuquerque Sousa Silva	1.1 / 1.2 / 1.4 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ana Cristina Bandeira Lins – Procuradora da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ângelo Augusto Costa – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ariane Cristina Teato – Oficial de Promotoria I	4.1 / 4.3	N/A	Parcial	Alto	Não	
Aureo Marcus Makiyama Lopes – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Dalma Maria Caixeta – Analista do MPU – Engenharia Sanitária	1.1 / 1.2 / 2 / 3.2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6 / 5.1 / 5.2 /	N/A	Parcial	Alto	Sim	

ANEXO II
FORMULÁRIO
PROPOSTA DE PROJETO

	5.3 / 5.4					
Dânia Elisa Christofolletti Mazzeo - professora	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Daniella Bezerra Carvalho	4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Dejanira de Franceschi de Angelis - Professora	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Derlene Attili de Angelis - Professora	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite - Professora	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Edilson Vitorelli Dinis Lima – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Eduardo Bertolletti – Especialista em Ecotoxicologia Aquática	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Eduardo Santos de Oliveira – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Érica Marteze Chandelier Pereira - Secretária	1.1 / 1.2 / 4.2 / 4.3 / 4.6 / 5.2 / 5.3 /	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ethel Martinez de Azevedo Camargo - Assessora	3 / 4.3 / 4.4 / 4.6 / 5.2 / 5.3 / 5.4	N/A	Parcial	Alto	Não	
Fabiola de Figueiredo Beda – Analista do MPU – Área Judiciária	1.1 / 1.2 / 1.4 / 2 / 3 / 4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5 / 6.1 / 6.5	N/A	Parcial	Alto	Sim	
Fernando Lacerda Dias – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Flávia Rigo Nóbrega – Procuradora da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Geraldo Cabañas – Promotor de Justiça	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ivan Carneiro Castanheiro – Promotor de Justiça	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	

ANEXO II
FORMULÁRIO
PROPOSTA DE PROJETO

Izabella Marinho Brant – Procuradora da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Jaime Meira do Nascimento Jr. - Promotor de Justiça	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Jaime Mitropoulos – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
José Alexandre Maximino Mota – Promotor de Justiça	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
José Guilherme Ferraz da Costa – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Leandro Zedes Lares Fernandes – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Leonardo Cardoso de Freitas – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Lídia Helena Ferreira da Costa dos Passos	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Lilia Toledo Diniz – Especialista em qualidade de água	1.3 / 2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6 / 6.1 / 6.4	N/A	Parcial	Alto	Não	
Marco Antonio Almeida de Souza – Professor	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Maria Aparecida Marin Morales - Professora	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Maria Rezende Capucci – Procuradora da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Michel Metran da Silva - Biólogo	2 / 4.1 / 4.3 / 4.4 / 4.5 / 4.6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Priscila Costa Scheiner – Procuradora da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ricardo Baldani Oquendo – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Ricardo Manoel Castro – Promotor de	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 /	N/A	Parcial	Alto	Não	

**ANEXO II
FORMULÁRIO
PROPOSTA DE PROJETO**

Justiça	5.3 / 5.4 / 5.5					
Rodrigo Sanches Garcia – Promotor de Justiça	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Sandra Akemi Shimada Kishi – Procuradora Regional da República	1 a 6	N/A	Parcial	Alto	Não	
Sérgio Gardenghi Suiama – Procurador da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
Suzana Fairbanks Oliveira Schnitzlein – Procuradora da República	3 / 4.3 / 4.4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	N/A	Parcial	Alto	Não	
		N/A	Parcial	Alto	Não	
		N/A	Parcial	Alto	Não	
		N/A	Parcial	Alto	Não	
		N/A	Parcial	Alto	Não	

**ANEXO II
FORMULÁRIO
PROPOSTA DE PROJETO**

ESTIMATIVA DE RECURSOS NECESSÁRIOS									
Natureza da despesa	Código EAP	Descrição			Quantidade	Custo (2014)	Custo (2015)	Custo (2016)	Custo Total
Recursos Humanos									
Gratificação de projeto	1.1 / 1.2 / 1.4 / 2 / 3 / 4 / 5.2 / 5.3 / 5.4 / 5.5	Classe	Padrão	Vencimento	12 meses		R\$ 26.815,77		R\$ 26.815,77
		C	10	6.367,02					
Materiais de consumo	4.3	Material de divulgação e serviço para Audiência Pública (coffee-break) (SECOM)					R\$ 4.000,00		R\$ 4.000,00
Diárias	4.3 / 4.4 / 4.5	20 diárias para participação em 5 reuniões públicas, 1 audiência pública e 2 workshops			10 – membros 10 – servidor		R\$ 4.431,60 R\$ 1.890,00	R\$ 4.431,60 R\$ 1.890,00	R\$ 8.863,20 R\$ 3.780,00
Passagens	4.3 / 4.4 / 4.5	20 passagens para participação em 5 reuniões públicas, 1 audiências públicas e 2 workshops					R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 28.000,00
Serviços de Comunicação ou Pesquisa	2	Contratação de laboratório para análise da qualidade da Água fornecida pelo Sistema Cantareira conforme Portaria 2914/2011 - MS					R\$ 9.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 20.000,00
Translados (por trecho)	4.3 / 4.4 / 4.5	Transporte Aeroporto – Evento e Evento – Aeroporto					R\$ 1.600,00	1.600,00	R\$ 3.200,00
Capacitação interna (SGP)	1.3 / 4.5	Contratação da Professora Lilíia T. Diniz – responsável pelo curso virtual					R\$ 16.200,00		R\$ 16.200,00
Outros	4.5	Tradução simultânea em workshop				R\$ 2.300,00			R\$ 2.300,00
Estimativa de recursos do MPF:						Total (2014): R\$ 2.300,00	Total (2015): R\$ 77.937,37	Total (2016): R\$ 32.921,60	CUSTO DO MPF: R\$ 113.158,97
Situação orçamentária: <i>(marque a situação do projeto)</i>	¹ Os recursos já estão incluídos em dotação na LOA vigente ou foram previstos na proposta orçamentária para o próximo ano. Não há previsão orçamentária, sendo necessário o remanejamento de recursos ou aprovação de crédito adicional.								
Estimativa de recursos provenientes de entes externos: <i>(outros órgãos ou instituições)</i>	Descrição:				Total (2014):	Total (2015):	Total (2016): R\$	CUSTO DO(S) ENTE(S): R\$	
Estimativa de custo total do projeto (recursos do MPF + recursos de entes externos):									R\$ 113.158,97

1

A dotação/previsão deve constar no orçamento da unidade demandante ou ter sido negociada/reservada no orçamento das unidades envolvidas (consulta prévia à apresentação do projeto).

Disponibilidade orçamentária		
Conforme planilha de estimativa de recursos, para os exercícios previstos. Conferir e rubricar demais páginas da proposta.		
Plano Interno	Natureza da despesa	Disponibilidade orçamentária
	Passagens e diárias (4ª CCR)	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
	Capacitação (SGP)	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
	Material de divulgação e serviço para Audiência Pública (coffee-break) (SECOM)	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
	Contratação de Laboratório Independente para análise da Qualidade da Água (SG)	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
	Boletim Qualidade das Águas (SECOM)	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
	Gratificação de projetos	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
	Transporte Aeroporto – Evento e Evento – Aeroporto	Existe disponibilidade
		Não há disponibilidade
		Não se aplica
		Existe disponibilidade orçamentaria para o item descrito. <div style="text-align: center;"> ____ / ____ / ____ (data, assinatura e carimbo do gerente da unidade) </div>
De acordo (dirigente da unidade demandante)		
<p>À AMGE,</p> <p>_____, ____ de _____ de _____</p> <p style="text-align: center;">(assinatura e carimbo)</p>		

Disponibilidade orçamentária - Campo a ser preenchido pela AMGE			
Item	Natureza da despesa	Disponibilidade orçamentária	Data, assinatura e carimbo
	Gratificação de projetos	Existe disponibilidade	____ / ____ / ____
		Não há disponibilidade	
		Não se aplica	

Parecer do SCP			
<i>Não preencher esta tabela, pois será utilizada na reunião do SCP para verificação da viabilidade de execução do projeto.</i>			
Unidade	Voto	Representante da unidade	Assinatura
AMGE	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		
SA	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		
SECOM	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		
SEJUD	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		
SGP	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		
SPO	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		
STIC	Favorável, sem ressalva.		
	Favorável, com ressalva.		
	Não favorável.		

Conclusão conforme a maioria dos votos

Favorável, sem ressalva.

Favorável, com ressalva(s).

Não favorável.

Inconclusivo, segue observação.

Observação/Ressalva:

_____, ____ de _____ de _____

(assinatura e carimbo do coordenador)